

Termo de Referência 128/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
128/2023	200406-DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA /DPF	BRUNO COSTA PITANGA MAIA	22/12/2023 15:06 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		08201.001181/2023-31

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de impressoras 3D e drones de asa rotativa, destinados à documentação de vestígios relativos a perícias externas e em ações de capacitação realizadas pelo **Serviço de Perícias em Locais de Crimes da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal - DITEC/PF** (UASG 200406), e dos demais Órgãos Participantes nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	1		2	
	Impressora 3D de tecnologia FDM, grande volume de impressão e suporte ao uso simultâneo de dois materiais.		Drone de asa rotativa para mapeamento	
Unidade / Material	Min	Máx	Min	Máx
ÓRGÃO GERENCIADOR				
Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal - DITEC/PF (200406)	1	4	15	62
PARTICIPAÇÕES				
Superintendência da Polícia Federal no Estado de Sergipe - SR/SE (200344)	0	0	3	3
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Maranhão - SR/MA (200388)	0	0	15	15
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Piauí - SR/PI (200390)	0	0	1	5
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Acre - SR/AC (200380)	0	0	4	8
Superintendência da Polícia Federal no Estado de São Paulo - SR/SP (200360)	1	1	1	8
Superintendência da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais - SR/MG (200350)	1	1	1	13
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul - SR/RS (200372)	1	1	1	3
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/TO (200404)	2	2	2	14

Superintendência da Polícia Federal no Estado do Goiás - SR/GO (200376)	1	2	1	2
Superintendência da Polícia Federal no Estado da Bahia - SR/BA (200346)	1	1	12	18
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (110511)	0	0	8	8
Superintendência da Polícia Federal no Estado de Rondônia - SR/RO (200378)	0	0	3	15
Divisão de Polícia Federal - Foz do Iguaçu (200366)	1	2	4	15
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Amapá - SR/AP (200402)	1	1	6	8
Diretoria de Tecnologia da Informação (200342)	0	0	1	2
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Amazonas - SR/AM (200382)	0	0	12	12
Superintendência da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina - SR/SC (200370)	0	0	12	12
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Ceará - SR/CE (200392)	0	0	4	4
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Paraná - SR/PR (200364)	0	0	1	16
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte - SR/RN (200394)	0	0	4	8
Coordenação de Administração - COAD (200334)	1	5	2	101
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso - SR/MT (200374)	1	1	7	14
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Pará - SR/PA (200386)	1	2	3	7
Superintendência da Polícia Federal no Estado de Roraima - SR/RR (200384)	0	0	1	5
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo - SR/ES (200352)	0	0	1	5
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul - SR/MS (200354)	0	0	1	3
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro - SR/RJ (200356)	1	4	1	25
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FESP/RR (927916)	2	2	12	12
Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal - SR/DF (200338)	0	0	1	10
Superintendência da Polícia Federal no Estado de Pernambuco - SR/PE (200398)	1	2	2	17
Polícia Civil do Distrito Federal (926015)	0	0	1	9
Quantidades Totais:	17	31	143	459
Valor Unitário:	R\$ 90.920,17	R\$ 90.920,17	R\$ 50.326,92	R\$ 50.326,92

Valores Totais:	R\$ 1.545.642,89	R\$ 2.818.525,27	R\$ 7.196.749,56	R\$ 23.100.056,28
Total Min:	R\$ 8.742.392,45			
Total Máx:	R\$ 25.918.581,55			

1.2. No âmbito dos Órgãos Participantes, os quantitativos a serem contratados são os que constam nos Termos de Participação em Intenção de Registro de Preços, que foram retificados ou ratificados por e-mail.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. Para este procedimento licitatório, não haverá fixação de cota reservada para ME/EPP/COOP (Lei nº 123/2006), tendo em vista o não parcelamento do objeto e sua complexidade na gestão contratual, em razão de quantitativos e especificidades técnicas, podendo implicar em prejuízos para a contratação e operacionalização. A exceção à fixação de cotas reservadas está prevista na hipótese do inciso II, art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015, quando “não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente”.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000039/2023

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 127 e 128

IV) Classe/Grupo: 8010 - TINTAS, VERNIZES E PRODUTOS CORRELATOS e 9999 – ITENS DIVERSOS

V) Identificador da Futura Contratação: 200406-107/2022

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

1. lançamento céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
2. queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
3. lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.1.2. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

4.1.3. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias descartadas, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.2.1. Para o item 1 – “Impressora 3D de tecnologia FDM, grande volume de impressão e suporte ao uso simultâneo de dois materiais”, **os modelos aceitos são as impressora Raise3D Pro3, Ultimaker S7 ou Syncraft IDEX**, que atendem aos critérios de robustez e qualidade estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar e às seguintes especificações:

4.2.1.1. Deve possuir duas extrusoras com dois bicos de impressão (*hot ends*) individuais e independentes.

4.2.1.2. Deve possuir conjuntos de bicos de extrusão intercambiáveis com troca sem necessidade de ferramentas.

4.2.1.3. Deve possuir calibração de altura dos bicos e distâncias x e y entre bicos de forma totalmente automatizada, auxiliada pelo assistente virtual da própria máquina sem necessidade de ajustes com chaves.

4.2.1.4. Deve trabalhar com filamentos de 1,75 mm ou 2,85 mm de diâmetro.

4.2.1.5. Deve trabalhar com espessuras de camada configuráveis entre 0.05 e 0.4mm, considerando um bico (nozzle) de 0,4 mm de diâmetro.

4.2.1.6. Deve possuir mesa removível de construção flexível ou de vidro.

4.2.1.7. Deve ter gabinete fechado para permitir a impressão com filamentos passíveis de deformação (como o ABS).

4.2.1.8. Deve possuir volume interno mínimo da área de impressão (largura X profundidade X altura) de 23.700 cm³.

4.2.1.9. Deve ter capacidade de aquecer o filamento a temperaturas de até 280 graus Celsius e a mesa de impressão até, pelo menos, 110 graus Celsius, permitindo o uso de materiais como PLA / ABS / HIPS / PC / TPU / TPE / NYLON / PETG / ASA / PP / polímero com fibra de carbono / polímero com fibra de vidro etc.

4.2.1.10. Deve ter interface de usuário com painel *touch screen* colorido de, no mínimo 4,7 polegadas.

4.2.1.11. Deve possuir conectividade via WIFI, ethernet e entrada USB.

4.2.1.12. Deve possuir monitoramento por câmera, com controle em nuvem da impressora 3D.

4.2.1.13. Deve possuir sensor de falta de filamento.

4.2.1.14. Deve possuir plataforma de elevação do eixo z apoiada em, no mínimo, 2 eixos, para evitar desnivelamento da mesa, e movimentada por dois fusos de esfera recirculante.

4.2.1.15. Deve vir com software de fatiamento 3d incluso e aplicativo para gerenciamento e controle da impressora via computador e/ou celular incluindo impressão em fila por nuvem com acesso gratuito e vitalício.

4.2.1.16. Deve possuir sistema de filtragem do ar interno da máquina utilizando filtros EPA ou HEPA, capaz de remover as partículas ultrafinas geradas quando certos tipos de filamento são aquecidos.

4.2.1.17. Deve possuir sistema de nivelamento automático da mesa de impressão antes de todas as impressões de forma automática e independente de interferência humana.

4.2.1.18. Deve possuir alimentação automática entre 100~240v.

1. 4.2.2. Para o item 2 – “Drone de asa rotativa para mapeamento” o modelo de referência é o DJI Mavic 3 Enterprise, variante 3E, ou de qualidade superior, desde que acompanhado dos itens, componentes e acessórios descritos nos seguintes subitens:

4.2.2.1. Características do drone:

4.2.2.1.1. Peso máximo (sem acessórios) de 915 g.

4.2.2.1.2. Peso máx. de decolagem de 1050 g.

4.2.2.1.3. Dimensões máximas - Dobrada (sem hélices): 221×96,3×90,3 mm (C×L×A). Desdobrada (com hélices): 347,5×283×107,7 mm (C×L×A).

4.2.2.1.4. Distância diagonal máxima de 381 mm.

4.2.2.1.5. Velocidade máx. de ascensão de, no mínimo 6 m/s (modo Normal) e 8 m/s (modo Esportivo).

4.2.2.1.6. Velocidade máx. de descida de, no mínimo 6 m/s (modo Normal) e 6 m/s (modo Esportivo).

4.2.2.1.7. Velocidade máx. de voo de, no mínimo, 15 m/s (modo Normal, ao nível do mar, sem vento)

4.2.2.1.8. Altitude máx. de decolagem acima do nível do mar de, no mínimo, 6000 m (sem carga).

4.2.2.1.9. Tempo máx. de voo (sem vento) de, no mínimo, 45 min (valor de referência em condições ideais).

4.2.2.1.10. Tempo máx. de voo estacionário (sem vento) de, no mínimo, 38 min (valor de referência em condições ideais).

4.2.2.1.11. Deve possuir receptor GNSS compatível com as constelações GPS, Galileo, BeiDou, GLONASS.

4.2.2.1.12. Intervalo de temperatura de funcionamento de, no mínimo, -10° a 40 °C.

4.2.2.1.13. O equipamento fornecido deve possuir selo da Anatel e o certificado de homologação do drone para operação em território brasileiro.

4.2.2.2. Câmera grande angular:

4.2.2.2.1. Sensor CMOS de 4/3; Pixels efetivos: 20 MP.

4.2.2.2.2. Lente FOV84°, Formato equivalente: 24 mm, Abertura: f/2.8-f/11, Foco: 1 m ao infinito.

4.2.2.2.3. Alcance ISO de 100 a 6400.

4.2.2.2.4. Velocidade do obturador de 8-1/8000 seg (Obturador eletrônico) e 8-1/2000 seg (Obturador mecânico).

4.2.2.2.5. Dimensões máx. da imagem de 5280×3956.

4.2.2.2.6. Resolução de vídeo H.264, 4K: 3840×2160 a 30 fps e FHD: 1920×1080 a 30 fps.

4.2.2.3. Câmera teleobjetiva

4.2.2.3.1. Sensor CMOS de 1/2”; Pixels efetivos: 12 MP.

4.2.2.3.2. Lente FOV15°, Formato equivalente: 162 mm, Abertura: f/4.4, Foco: 3 m ao infinito.

4.2.2.3.3. Alcance ISO de 100-6400

4.2.2.3.4. Velocidade do obturador de 8-1/8000 seg (Obturador eletrônico).

- 4.2.2.3.5. Dimensões máx. da imagem de 4.000 × 3.000.
- 4.2.2.3.6. Resolução de vídeo H.264, 4K: 3840×2160 a 30 fps e FHD: 1920×1080 a 30 fps.
- 4.2.2.3.7. Zoom digital de 8x (zoom híbrido de 56×).
- 4.2.2.4. Estabilizador (guimbal)
 - 4.2.2.4.1. Estabilização Triaxial (inclinação, rotação, giro).
 - 4.2.2.4.2. Alcance mecânico: Inclinação: -135° a 100°, Rotação: -45° a 45° e Giro: -27° a 27°.
 - 4.2.2.4.3. Alcance controlável: Inclinação: -90° a 35°.
 - 4.2.2.4.4. Alcance da vibração angular de ±0,007°.
- 4.2.2.5. Demais acessórios
 - 4.2.2.5.1. Controle Remoto com tela integrada (referência DJI RC Pro Enterprise Dji Smart).
 - 4.2.2.5.2. 4 (quatro) unidades de Baterias de Voo Inteligente.
 - 4.2.2.5.3. Módulo RTK acoplável ao drone.
 - 4.2.2.5.4. Alto-falante acoplável ao drone.
 - 4.2.2.5.5. 3 (três) pares de hélices.
 - 4.2.2.5.6. Protetor de Gimbal.
 - 4.2.2.5.7. Chave de fenda.
 - 4.2.2.5.8. Cartão microSD de 128GB.
 - 4.2.2.5.9. Carregador de bateria inteligente, padrão BR.
 - 4.2.2.5.10. Cabo de Energia, padrão BR.
 - 4.2.2.5.11. Deve incluir todos os cabos USB necessários para carga simultânea da bateria do drone e do controle remoto.
 - 4.2.2.5.12. Adaptador de energia USB-C (100 W).
 - 4.2.2.5.13. Maleta Protetora de transporte.

Subcontratação

- 4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por tratar-se de compra de equipamentos, visto que o objeto será cumprido no momento da entrega dos itens.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato ou do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços, de acordo com o Órgão/UASG de destino, devendo as entregas serem agendadas previamente com os responsáveis locais, de acordo com os telefones de contato também disponíveis na tabela abaixo:

Órgão (UASG)	Endereço	CEP	Contato	Cidade	Estado
Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal - DITEC/PF (200406)	SAIS Quadra 7, Lote 23, Ed. DITEC	70610-902	(61) 99117-1944	Brasília	DF
Superintendência da Polícia Federal no Estado de Sergipe - SR/SE (200344)	Avenida Augusto Franco 2260, Bairro Siqueira Campos	49075-100	(79) 3234-8500	Aracaju	SE
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Maranhão - SR/MA (200388)	Av. Daniel de La Touche, n. 4000 - Cohama	65046-660	(98) 3131-5141	São Luís	MA
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Piauí - SR/PI (200390)	Av. João XXIII, 4500, Recando das Palmeiras	64045-795	(86) 2106-4988/ (86) 2106-4946	Teresina	PI
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Acre - SR/AC (200380)	Rodovia BR-364, nº 3501 - Pedro Roseno	69917-672	(68) 3212-1200	Rio Branco	AC
Delegacia de Polícia Federal em Eritaciolândia (200380)	Av. Santos Dumont, 2.000, Centro	69934-000	(68) 3212-1296	Eritaciolândia	AC
Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul (200380)	Rua Minas Gerais, 350, Bairro do Alumínio	69980-000	(68) 3212-1297	Cruzeiro do Sul	AC
Superintendência da Polícia Federal no Estado de São Paulo - SR/SP (200360)	Rua Hugo D'Antola, 95, Lapa de Baixo	05038-090	(11) 3538-5780	São Paulo	SP
Superintendência da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais - SR/MG (200350)	Rua Nascimento Gurgel, 30, Gutierrez	3043-0340	(31) 3330-5223	Belo Horizonte	MG
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul - SR/RS (200372)	Av. Ipiranga, 1365 - Bairro Azenha	90.160-093	(51) 3235- 9064	Porto Alegre	RS
Delegacia de Polícia Federal em Santa Maria (200372)	R. Vale Machado, 1361 - Centro	97010-530	(55) 3218-9000	Santa Maria	RS
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Tocantins - SR/TO (200404)	Quadra 103 Sul (ACSO1), Lote 53, Centro	77102-070	(63) 3236-5460	Palmas	TO
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Goiás - SR/GO (200376)	Av. Edmundo Pinheiro de Abreu, 826, Setor Pedro Ludovico - NUMAT/SELOG/SR/PF/GO	74823-030	(62) 3240-9600	Goiania	GO
Superintendência da Polícia Federal no Estado da Bahia - SR/BA (200346)	Av. Engenheiro Oscar Pontes, 339, Água de Meninos - NUMAT/SELOG/SR/PF/BA	40460-001	(71) 3319-6107	Salvador	BA
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (110511)	Centro de Coordenação-Geral (CCG). Setor Policial (SPO) - Área 5 - Quadra 3 - Bloco K	70610-200	(61) 3214-0210	Brasília	DF
Superintendência da Polícia Federal no Estado de Rondônia - SR/RO (200378)	Av. Lauro Sodré, 2905, Bairro Nacional	76802-449	(69) 3216- 6222	Porto Velho	RO
Divisão de Polícia Federal - Foz do Iguaçu (200366)	Avenida Paraná, 3470 - Centro Cívico	85863-469	(45) 3576- 5619	Foz do Iguaçu	PR
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Amapá - SR	Rodovia Norte/Sul, s/nº - Bairro Infraero I - NUMAT/SELOG/SR/PF	68908-	(96) 3213-7500	Macapá	AP

/AP (200402)	/AP	910				
Diretoria de Tecnologia da Informação (200342)	Setor de Áreas Isoladas Sul, Quadra 7, Lote 23, SETEL/DTI/PF	70610-200	(61) 20247425 /20249033	Brasília	DF	
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Amazonas - SR/AM (200382)	Av. Domingos Jorge Velho, 40, Dom Pedro II	69042-470	(92) 3665-1572 - RAIMUNDO ANDRE DOS SANTOS PACHECO	Manaus	AM	
Superintendência da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina - SR/SC (200370)	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4744, Agronômica.	88025-255	(48) 3281-6571 / (48) 99103-3383 - APF Eduardo (SIP/SR/PF /SC).	Florianópolis	SC	
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Ceará - SR /CE (200392)	Avenida Borges de Melo – nº 820 – Bairro de Fátima	60415-510	(85) 3392-4992	Fortaleza	CE	
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Paraná - SR /PR (200364)	Rua Professora Sandália Monzon, nº 210. Bairro Santa Cândida	82640-040	(41) 3251-7825	Curitiba	PR	
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte - SR/RN (200394)	Rua Doutor Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova	59064-165	(84) 3204-5590	Natal	RN	
Coordenação de Administração - COAD (200334)	Setor de Almoxarifado da Polícia Federal situado na SAIS Quadra 7 Lote 23 s/n, Estr. St. Policial Militar - Sul (ao lado da DIFRO)	70610-902	(61) 2024-7941 ou 2024-8123	Brasília	DF	
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso - SR/MT (200374)	Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1.205, Bairro Baú	78008-902	(65) 3927-9124	Cuiabá	MT	
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Pará - SR /PA (200386)	Av. Almirante Barroso, 3251 (Esq. Da Av. Júlio César)	66610-000	(91) 3214-8018	Belém	PA	
Superintendência da Polícia Federal no Estado de Roraima - SR/RR (200384)	Avenida Brasil, 551, Bairro Treze de Setembro	69308-050	(95) 3621-1510 / (95) 3621-1555 / (95) 3621-1557	Boa Vista	RR	
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo - SR/ES (200352)	Avenida Vale do Rio Doce, nº 1, São Torquato	29114-105	(27) 3041-8027; 8033; 8032	Vila Velha	ES	
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul - SR/MS (200354)	NÚCLEO ADMINISTRATIVO - RUA FERNANDO LUIZ FERNANDES, 322 – VILA SOBRINHO	79110-503	(67) 3303 5649	Campo Grande	MS	
Superintendência da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro - SR/RJ (200356)	Av. Rodrigues Alves, 01, Centro	20081-250	(21) 2203-4418	Rio de Janeiro	RJ	
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FESP /RR (927916)	Av. Ville Roy, 5604 - Centro	69301-000	(95) 98104-3404 / (95) 21210184	Boa Vista	RR	
Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal - SR /DF (200338)	SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul	70610-902	(61) 2024-7598	Brasília	DF	
Superintendência da Polícia Federal no Estado de Pernambuco - SR/PE (200398)	Centro de Treinamento/Depósito (DNIT) - BR-101, S/N - Km 69,8 - Curado	51240-340	(81) 2137-4080/4039	Recife	PE	
Polícia Civil do Distrito Federal (926015)	Seção de Almoxarifado da Divisão de Recursos Materiais (DRM) da PCDF, situada no Setor de Garagens Oficial Norte (SGON), quadra 05, lotes 2/7	70.610-650	(61) 3207-5634 / 3207-5668	Brasília	DF	

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.7. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.23.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.24. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.21. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.21.1 É necessário que os atestados apresentados demonstrem uma capacidade de fornecimento mínima equivalente a 30% da quantidade mínima a ser contratada, de acordo com a tabela presente no item 1.1.

8.21.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.21.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.21.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.22. O equipamento fornecido deverá possuir assistência técnica autorizada no território brasileiro, homologada pelo fabricante.

8.23. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.23.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.

8.23.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.23.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que

executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 27.186.166,28

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.742.392,45 (oito milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos), se consideradas as quantidades mínimas solicitadas de cada item, e será de R\$ 25.918.581,55 (vinte e cinco milhões, novecentos e dezoito mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), caso se considere as quantidades máximas solicitadas de cada item.

9.2. Os custos totais da contratação são detalhados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Qtd Mín	Qtd Máx	Valor Unitário	Total Min Item	Total Máx Item
1	Impressora 3D de tecnologia FDM, grande volume de impressão e suporte ao uso simultâneo de dois materiais.	17	31	R\$ 90.920,17	R\$ 1.545.642,89	R\$ 2.818.525,27
2	Drone de asa rotativa para mapeamento	143	459	R\$ 50.326,92	R\$ 7.196.749,56	R\$ 23.100.056,28
				Total	R\$	R\$
				Geral:	8.742.392,45	25.918.581,55

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 0001 / 200406;

II) Fonte de Recursos: 1019000000;

III) Programa de Trabalho: Dependerá do recurso a ser enviado;

IV) Elemento de Despesa: 449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e 339030 - MATERIAL DE CONSUMO;

V) Plano Interno: Dependerá do recurso a ser enviado;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Sistema de Registro de Preços

11.1. O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) se justifica pelo atendimento ao disposto no inciso V, art. 3º do Decreto nº 11.462/2023: *"quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração"*

11.2. A adoção da modalidade de SRP se aplica pelas seguintes razões:

11.2.1. permitirá a Administração contratar na medida de suas necessidades e urgências;

11.2.2. assegurará maior flexibilidade na contratação administrativa;

11.2.3. possibilitará que outras unidades e órgãos participem da mesma ata de registro de preços, adquirindo em conjunto o produto para o prazo de até um ano.

11.3. Faz-se entender que a utilização do SRP está justificada. A Administração Pública está indicando o objeto que pretende adquirir, e informando quantitativos estimados e máximos pretendidos. Ressalta-se que, diferentemente da licitação convencional, não há compromisso assumido de contratação, nem mesmo utilização dos quantitativos estimados. O SRP constitui importante instrumento de gestão, notadamente quando as demandas são de difícil mensuração.

11.4. A opção pelo SRP tem como um de seus objetivos principais o princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos de economia de recursos financeiros, uma vez que a aquisição/contratação poderá ser gradativa, por item ou grupo de itens, de acordo com a necessidade da Administração.

11.5. Será permitida adesão à Ata de Registro de Preços por outras UASGs.

11.6. A validade da ata de registro de preços poderá ser de até 12 meses, a partir da data de assinatura do contrato, podendo ou não ser prorrogada, a critério da administração, conforme art. 12 do Decreto nº 7.892/13.

11.7. A Administração realizará pesquisa de mercado de periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta dias), a fim de verificar a vantagem dos preços registrados na Ata.

11.8. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

11.9. O fornecedor que não aceitar reduzir o preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.9.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.10. O descumprimento da ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades previstas no Edital.

11.11. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11.12. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 28 do Decreto nº 11.462/2023, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11.13. As condições gerais do fornecimento, tais como prazos de entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições de ajuste, encontram-se definidos neste Termo de Referência.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNO COSTA PITANGA MAIA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/12/2023 às 11:17:46.

PAULO ANTONIO GOMES MONTEIRO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/12/2023 às 13:32:55.

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 22/12/2023 às 15:06:07.